

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DOS CAMPOS GERAIS – PR

E A EDUCAÇÃO

Maria Isabel Moura Nascimento

Universidade Estadual de Ponta Grossa/
Universidade Estadual de Campinas UNICAMP

Grupo de Pesquisa Campos Gerais PR

Introdução

Este estudo pretende dar uma contribuição crítica à História da Educação, através da análise da criação da primeira Escola Normal pública destinada à formação dos professores dos Campos Gerais - PR.

A origem da escola normal no Brasil é datada apenas do início do século XIX, proveniente da necessidade que as classes burguesas tinham de oferecer ensino primário público, pois, até então, a instrução ofertada não era laica, muita menos gratuita ou obrigatória. Era preciso, portanto, que a educação a ser oferecida passasse para responsabilidade do Estado. Porém as escolas normais, que são organizadas no país, contêm resquícios do iluminismo francês e das reformas pombalinas do século XVIII, através da separação entre a Igreja e o Estado, trazendo o ranço que a profissão do magistério deva ser seguida como uma missão ou vocação. O professor deveria se submeter a todo tipo de sacrifícios, até mesmo abrir mão de sua remuneração pelos serviços prestados.

Nos relatórios oficiais, vinha registrado o reforço que se dava a essa idéia, na qual “os professores deveriam ter a profissão como um apostolado e [...] trabalharem para a grandeza de sua pátria, sem recompensas de qualquer ordem.” (RELATÓRIO 15.06.1927)

A primeira escola, que surgiu com o nome de escola normal, foi criada em “[...] uma convenção, em 1794, por proposta de Lakanal, instalada em Paris no ano seguinte.” (REIS Filho, p.172) Após essa convenção, as escolas criadas para “[...] formação de professores primários foram: Inglaterra, 1835; Brasil, 1835; Estados Unidos, 1838.” (REIS Filho, p. 172).

No Brasil, a primeira escola normal foi a de Niterói e, na sequência, fundaram a da Bahia em 1836 e a do Ceará em 1845. (HOLANDA, 1985, p.370) Sabe-se que foram escolas de pouca duração, pois, por falta de condições para mantê-las, estas logo fechavam. Em São Paulo, a primeira escola Normal foi fundada em 1846. Contava com um único professor para seu funcionamento. Não diferente das outras escolas abertas, ela foi “[...] fechada em 1867, reaberta em 1874, novamente fechada em 1877, para reafirmar-se no fim do Império em 1880” (HOLANDA, 1985, p. 320)

Devido aos seus sucessivos fechamentos, o presidente era contrário à abertura por achar que “A Escola Normal no Brasil tem o destino de plantas exóticas – nascem e morrem quase no mesmo dia. Por que? Por via de regra, só quer ser professor quem não pode ser outra coisa.” (PARANÁ, Relatório 29.12.1820, p. 12)

Porém, no mesmo relatório, ele registra que “[...] faltam incentivos para os mestres, falta pessoal para as escolas desta categoria, e a província é pobre” (PARANÁ, Relatório 29.12.1820, p. 12, reconhecendo que as escolas devam existir com melhores cuidados, mais incentivo, já que a nossa instituição é carente de professores habilitados).

Com o advento da república, essa crença desapareceu devido à necessidade de “educar” as massas no “novo” molde republicano, que pontua que essa defasagem só seria corrigida através da abertura de escolas para formação de professores. Portanto o discurso governamental muda, alegando que a salvação da educação só seria sanada se houvesse professores habilitados na escola Normal e, a partir de então, elas passam a ser: “[...] indispensáveis para formar professores do ensino primário, como os seminários para formar bons sacerdotes e os estabelecimentos militares para formar bons oficiais” (PARANÁ RELATÓRIO, 29.12.1820, p. 12)

Nesse sentido, o passo para a criação de escolas normal se intensifica, com o Inspetor de Ensino recuperando a lei 19.04.1820 no Paraná e ampliando a escola normal. Esta não poderia ter identidade com um ensino secundário na província, mas aumentaria o número de matéria pedagógica e criaria a escola anexa à escola normal, onde o professor deveria treinar seu aprendizado perante todo tipo de problemas pedagógicos.

Há um caráter tardio e periférico de nosso desenvolvimento devido ao modo de produção capitalista de nossa sociedade. Não só a industrialização do Brasil como a “[...] latino-americana decorre de seu caráter periférico” (MELLO, p. 17)

A desigualdade do desenvolvimento mundial irá refletir na educação. Os países periféricos, num grande descompasso com relação aos países desenvolvidos, conseqüentemente, adotam os rumos da sociedade burguesa, e a instrução é o que poderá servir como aliado para que alcancem as transformações necessárias.

A partir desse princípio, é que há uma “[...] crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento, quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de uma classe sobre outras, num contexto de dependência nacional” (MELLO, p. 25)

2-Âmbito do Estudo: Campos Gerais-PR

Embora o marco histórico da criação da primeira escola Normal tenha sido em 1921 e seu funcionamento venha datado de 1924, este estudo faz uma retomada mais ampla, recuperando o caminho da formação dos professores do antigo primário desde 1853, já que os embates legislativos dão evidências, nesse período, de transformações no país e, principalmente, no Paraná.

A partir de 1853, o estudo inicia seu desenvolvimento indo ao encontro do passado, de forma a compreender o desenvolvimento histórico dos Campos Gerais-PR para que se possa analisar como isso conseguiu, de fato, vir a se concretizar, pois, até o ano de 1853, o Paraná pertencia à 5ª. Comarca de São Paulo, tornando-se província a partir dessa data. A Comarca de Curitiba recebeu essa elevação com a ascensão da economia gerada pelo tropeirismo e pela erva-mate. A categoria regional está relacionada com a sua emancipação, elevada a Comarca da Província do Império e isso se deu devido à crescente economia local já citada. O tropeirismo era a comercialização dos animais reunidos em tropas, e o tropeiro, o negociante desses animais, cuja comercialização foi “*o melhor emprego de capital que se apresentava ao fazendeiro dos Campos Gerais.*” (LINHARES,

1953, p.31) Esse comércio se dava com regiões distantes, como Sorocaba, envolvendo essa séria de negociação lucro para a região.

Nos Campos Gerais, na segunda metade do século XVIII e XIX, as regiões da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguaraíva iniciam os primeiros passos de uma urbanização, formada por pequenos colonos, já que os grandes fazendeiros moravam em São Paulo e só participavam da vida desses lugarejos em ocasiões solenes. Somente no século XIX, com o crescimento de algumas fazendas, o aumento da economia pastoril e, mais tarde, a invernada – que significava o arrendamento temporário de uma fazenda com o fim de abastecer os animais que vinham do sul do país para serem negociados na feira de Sorocaba - SP –, a região passa a ter uma infra-estrutura mais rentável. Quando o Paraná foi desmembrado de São Paulo, Curitiba é escolhida para capital da nova Província do Paraná. Após tornar-se província, começaram a enviar numerosos “...colonos procedentes da Europa central e oriental, quase todos se localizando no planalto de Curitiba e nos Campos Gerais. Em maior escala, italianos e eslavos.” (LINHARES, 1990. p. 78) A partir de 1870, essa realidade se altera com a chegada, em grande escala, dos imigrantes ou seus descendentes de origem: “[...] alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, japonesa, sem excluir contingentes menores de ingleses e franceses.” (LINHARES, 1953, p. 31) A região, nesse período, continha apenas “...duas escolas de primeiras letras para meninos e uma para meninas.” (MARTINS, p. 282) O Paraná deixou de ser província somente na República, quando passa a ser Estado da Federação. Preocupado, com esses embates, o estudo faz uma retomada no império, a partir de 1847 e começo da república, das legislações de ensino e formação dos professores, nas quais a estrutura de ensino no Paraná começou a organizar-se, revelando-nos o tipo de sociedade e homem que se pensava formar através do que ensinavam os professores.

Em 1855, após trinta e três anos da Independência do Império, o Projeto para elevação do pequeno povoado da Freguesia de Ponta Grossa à categoria de Vila de Ponta Grossa é aprovado pela Assembléia Provincial. “Foi natural o impacto que a notícia da elevação de Freguesia à Vila, causou na pequena população, principalmente entre os líderes políticos e os grandes fazendeiros”. (CHAMMA, p. 28) Em Ponta Grossa, o número de eleitores era reduzido a em torno de 25 pessoas que “[...] reuniam as condições exigidas pelas leis constitucionais do Império” (CHAMMA, p. 28) Em 1861, Ponta Grossa é elevada “à categoria de cidade. Isso ocorreu, através da Lei 82 de 24.4.1862.” (CHAMMA, p. 28)

Esse fato foi considerado vitorioso pelos líderes do Partido conservador, na ocasião o mais forte em relação ao Partido Liberal, que era da oposição. Na categoria de cidade, o Governo Provincial passou a dar mais ajuda ao lugar, que foram “[...] empregados na melhoria das estradas de acesso, construção de pontes de madeira sobre o rio Tibagi, em conchas e na estrada para a Palmeira, em substituição às balsas ali existentes”. (CHAMMA, p. 28)

Sabe-se que existia uma grande falta de escolas e que “Quem quisesse estudos para seus filhos, tinha que contratar professores particulares, que eram raros, ou então, mandá-los estudar em outros lugares.” (CHAMMA, p. 28) Porém o desprestígio das escolas públicas era tanto que “[...] o número de crianças, que recebem o ensino na família e nas escolas particulares [...] porque repugna-lhes o contacto deles com a população, em geral pouco educada, que freqüentava as escolas públicas, (PARANÁ, 02/07/1874) era acentuado, caracterizando, assim, que as escolas públicas seriam freqüentadas por crianças pobres.

Com a criação do Governo da Província do Paraná, foi criado o cargo de Inspetor Escolar para a Freguesia de Ponta Grossa, só que isso era inócuo, pois não existiam escolas. A “[...] primeira escola a funcionar, na cidade de Ponta Grossa,

era privada e surgiu da iniciativa de [...] dona Zulmira Maciel, em sua casa, em 1866, vinte anos depois da nomeação dos inspectores escolares.” (CHAMMA, p. 24)

O desenvolvimento do estudo, a partir da metade do século XIX, fez-se necessário, porque não havia estudos que dessem conta desse período histórico na Região dos Campos Gerais - PR. Por isso, esta pesquisa busca no passado, mas não no “velho” acompanhar, o percurso do pensamento oficial, através dos registros que guardam os interesses e o pensamento oficial da época. Já a consequência desses interesses, cabe a este estudo descobri-las.

Os desafios são grandes, pois compreende um esforço não só para reconstituir historicamente um período da educação brasileira, como também para analisar as necessidades históricas que levaram uma determinada sociedade a criar a primeira escola Normal pública nos Campos Gerias. Uma possível resposta seja que, já na República Velha, as camadas populares estavam sendo obrigadas a levar suas crianças a freqüentarem as escolas pela força de lei, embora não existissem colégios ou casas escolas para atender a todos.

A primeira escola para formação de professores foi inaugurada no dia 27 de fevereiro de 1924, um espaço construído especialmente para esse fim, tendo, como primeiro diretor, o professor Joaquim Meneleu de Almeida Torres.

Num período em que a sociedade dos Campos Gerais ressentia-se da “emancipação” política brasileira, a criação da primeira escola Normal ou escola de professores ajudou a cidade a dar os seus primeiros passos para a urbanização. Por sua vez, embora estivéssemos sob o regime Republicano, a chamada “Independência” mantinha-se na estrutura imperial. Dessa forma, a escola atendia apenas aos pequenos e médios proprietários que estavam estabelecidos na região e que buscavam, através do certificado da Escola Normal, o “status” social que ela conferia. Esta característica se estendia para todo o país e, muito embora as escolas Normais houvessem obtido impulso “novo” com o Regime republicano, com a expansão e inauguração de mais escolas, mais leis e decretos para o magistério também foram sancionados, refletindo a preocupação de controle ideológico das camadas populares através da instrução.

Na busca da compreensão dos Campos Gerais e das transformações ocorridas, que levaram à criação da primeira escola de professores, evitando, deste modo, cair no risco de desenvolver um estudo “paroquial” exclusivamente focado numa escola específica, em uma sociedade também particular, o estudo não partirá dela mesma, mas inserida num contexto maior, ligado ao processo histórico do país.

Essa sociedade, que estava em processo de formação urbana, era marcada pela organização da República, na qual a precariedade da instrução pública era considerada responsabilidade do povo, que vivia na ignorância, não tinha noção das primeiras letras e, por isso, alegava-se que a falta de escolas e a quantidade irrisória de professores leigos eram os responsáveis pela condição insatisfatória dos alunos.

Com o objetivo de fornecer fundamentos para a análise da Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais - PR, a pesquisa busca selecionar elementos com a intenção não só de colaborar na interpretação dos sujeitos das épocas, sobre os quais o estudo se propõe a fazê-lo – através da análise de fontes e documentos localizados –, como também de buscar a compreensão desse processo histórico com os elementos selecionados. Busca-se reconstruir uma parte da formação dos primeiros professores da Escola Normal, com base numa concepção dialético-materialista, direcionando este estudo para que ele possa fazer parte dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no país, principalmente na História da Educação Brasileira. Desta forma, estará contribuindo para a compreensão desse processo de construção da escola pública da escola normal nos Campos Gerais.

3- Levantamentos das Fontes

Esse estudo baseia-se em fontes primárias e secundárias encontradas a partir da metade do século XIX e início do século XX, quando se iniciam os debates e os interesses pela escola pública em torno de um sistema Nacional de ensino.

A sistematização pensada para o estudo implica em um levantamento minucioso de fontes (boletins, discursos, programas de ensino, jornais e decretos, leis, documentos pessoais, documentos escolares diversos, livros de ponto, diários de classe, correspondências, cartilhas, provas dos professores), fontes iconográficas, fotografias de álbuns particulares, ilustrações, fontes audíveis, relatórios orais e outros). Através destas fontes primárias e secundárias coletadas, busca-se entender a formação dos professores da educação pública elementar e a criação da primeira Escola Normal dos Campos Gerais no Estado do Paraná. Tendo, como objetivo central, como se deu a formação dos professores na escola Normal, buscou-se levantar as diversas fontes que poderiam auxiliar na compreensão das interrogações levantadas a partir do desenvolvimento do estudo.

Baseados nos dados e informações preliminares, as razões que levaram à criação da primeira Escola Normal foram:

1- A influência da chegada das primeiras colônias estrangeiras, que se instalaram na região dos Campos Gerais. A partir de 1870, a entrada de imigrantes para o sul do país trouxe significativas mudanças na formação da região dos Campos Gerais-PR, sendo este um período próximo ao regime republicano. “Na região, predominavam os seguintes imigrantes: Alemães, Russos, Poloneses, Ucrânios e Italianos. O número de imigrantes, no período de 1886 a 1906, era de 42.993.” (MARTINS, p. 282.) Muito embora nesse período (1897-1906) tenha sido “...suspensão o serviço de imigração subvencionado, os imigrantes espontâneos, localizados por conta própria, com ciências do serviço de colonização, somaram 4.239”. (MARTINS, p.282) Realidade essa que se inicia com a substituição do homem escravo pelo imigrante. Sua entrada na região se deu pela proibição de utilização dos escravos na manutenção das terras dos Campos Gerais, onde, até então, a estrutura econômica-social que se configurava era garantida pela existência da força do trabalhador escravo e pelo comércio de “apresadores e compradores de índios, que justificava, perante os moradores da comunidades, a utilização dessa forma de trabalho.” (IANNI, 1988, p. 32)

A economia inicial, que estruturou os Campos Gerais no Paraná, embora de forma assimétrica, marcou o contexto do período, constituindo formações que não poderiam ser negadas, já que ambos os grupos da sociedade se beneficiaram com essa economia, pois há “[...] os que são compradores de escravos e há aqueles que são vendidos como escravos; há cidadão, brancos, homens bons, livres, e há índios, negros, mestiços, escravos, semoventos.” (IANNI, 1988, p. 32)

Não cabe, aqui, a análise de quais desses cidadãos eram mais significativos para o desenvolvimento regional, mas, sim, a estrutura primeira, baseada na formação desses grupos, e o trabalho escravo, importante fator para a formação material e social de sobrevivência da região local, composta por “[...] caribas

(brancos e negros), caipiaras (mestiços de índios e branco) e mulatos (mestiços de branco e negro).” (MARTINS, p. 219.)

2- A implantação, na região, das primeiras indústrias de: erva-mate, madeira, cervejaria e olaria. A erva-mate, especialmente, foi um dos principais produtos que contribuíram para a evolução do processo econômico local, no qual a maioria dos trabalhadores era imigrante. Estes, ao constituírem-se grupos de colônias, dedicavam-se a formar pequenas indústrias rurais. “Seus descendentes em regra seguiram a mesma profissão, e outros exploraram os produtos nativos como as madeiras e a herva-mate, a pecuária, a apicultura, a vinicultura, o comércio rural e urbano, etc..” (MARTINS, p.219).

3- As reformas educacionais, implantadas no Estado do Paraná, eram consideradas inovadoras, apesar de todo o território não estar povoado, e o acesso ser difícil para os lugares longínquos. Isso acontecia num Estado que foi o segundo da federação a promover mudanças na educação em 1920.

Reconhece-se que os trabalhos catalogados para esta pesquisa foram documentos, fotos e jornais antigos, muitos deles o último exemplar, já em estado de decomposição. Assim, devido ao escasso recurso dos arquivos, foi necessário dominar a habilidade de restaurar esses documentos. Para manuseá-los, utiliza-se pinça; e óculos especiais para ler através das fibras do papel. Embora sabendo de antemão o esforço necessário e, muitas vezes, que o texto não seria significativo para aquele momento, mesmo assim, procurou-se preservar todo esse material, no sentido de, talvez, vir a colaborar com futuras pesquisas.

Aos poucos, foi selecionado o material, correspondente ao período de 1853 a 1924, para a catalogação, organização e digitalização. As fontes coletadas, inicialmente, foram transcritas em uma ficha organizada para o esse fim; depois, elas foram digitadas e agrupadas em dois bancos de dados distintos, um para fotos e outros para documento. Durante esse período, o processo deu-se de forma lenta, e a análise e correção dos textos também, pois foi necessário cotejar todo o material digitado com o original. A partir do auxílio da máquina digital, o processo passou a ser mais seguro, e o ganho em tempo de trabalho também, pois, a cada pesquisa, conseguia-se trazer trezentos documentos de uma só vez. A partir de então, o material original passa para o banco de dados.

Quanto aos pressupostos teóricos que norteiam o estudo, eles estão de forma a agrupar uma unidade com as fontes, como uma moeda, cujos lados não são iguais, mas estão juntos e são os caminhos por onde se pode construir a pesquisa. Por isso considera-se importantes as fontes como instrumento de pesquisas, pois conservam registrado um marco histórico de uma comunidade, de um povo e de uma nação, que foi preservado e que precisa ser encontrado e disponibilizado para pesquisas.

Finalmente, diante de todo material coletado e catalogado sobre as escolas Normais, fundadas nos Campos Gerais, investiga-se com o fim de identificar qual seria a primeira Escola Normal da região, uma vez que algumas delas já haviam sido fechadas, e os documentos, que comprovavam sua criação, haviam desaparecidos. Alguns foram levados pelos responsáveis na época, e muitos deles não se encontram mais vivos, portanto foi um ano de investigação minuciosa. Como é o caso da escola de Castro, fechada e vendida para uma escola privada. Seus documentos desapareceram e só restou investigar a congregação dessa instituição, que está localizada em Itu. Existe outra escola da mesma ordem em Curitiba. Identificou-se apenas os documentos, a partir dos quais foi possível apontar a origem daquela escola.

4 - Integração do Projeto

Esse estudo integra o projeto nacional de “História, Sociedade e Educação no Brasil”, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP. Foi criado em 1991, sob a orientação Geral do Prof. Dermeval Saviani e sob a coordenação executiva do professor José Claudinei Lombardi. O projeto traz, como um trabalho de base inicial

para todos os GTs, o “levantamento e catalogação das fontes primária e secundária da educação brasileira, pensado na forma de um trabalho abrangente, envolvendo o maior número possível de Estados do país e aberto a todos...”. Tem a participação de vários grupos de trabalho, como o da UEPG, no qual estou inserida. No levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da História da Educação na região dos Campos Gerais - PR, procurou-se desenvolver um trabalho, de forma articulada, com o grupo de Estudos e Pesquisa Nacional HISTEDBR-UNICAMP.

Este trabalho espera contribuir com os educadores e historiadores da educação do GT Campos Gerais-PR e, principalmente, com a linha de pesquisa do mestrado em educação UEPG, através do acervo levantado e das fontes coletadas, que ampliam, desta forma, o acervo educacional da região.

DOCUMENTOS

PARANÁ, Relatório. Manoel Pedro dos Santos Lima, da cidade da Lapa, em 02/07/1874, p. 58. Arquivo Público de Curitiba.

PARANÁ, Relatório. Do Inspetor especial, João Estevam dos Santos ao Inspetor Geral do Ensino, Lysimaco Ferreira da Costa, em 15/06/1927. Dami, Offícios, 1927, vol. 6, Arquivo Público do Paraná.

BIBLIOGRAFIA

(MARTINS, p. 219.)

(IANNI, 1988, p. 32)

Os primeiros Inspetores Escolares nomeados foram: “Miguel Ferreira da Rocha Carvalhais, Domingos Martins de Araújo e Joaquim Procópio de Souza Castro”, Ponta Grossa, *O Povo, A Cidade e o Poder*, p. 4.

A Escola Normal “localizava-se à Praça do Rio Branco, onde hoje funciona o Colégio Estadual Regente Feijó”, LUPORINI, p. 100, 1997.

(CHAMMA, p. 24)

(LINHARES, 1953, p. 31)

(LINHARES, 1953, p. 31)

(HOLANDA, 1985, p. 320)

(MELLO, p. 17)

(REIS FILHO, p. 172)

Os primeiros Inspetores Escolares nomeados foram”Miguel Ferreira da Rocha Carvalhais, Domingos Martins de Araújo e Joaquim Procópio de Souza Castro” Ponta Grossa *O Povo, A Cidade e o Poder* p.4

A Escola Normal “localizava-se à Praça do Rio Branco, onde hoje funciona o Colégio Estadual Regente Feijó” LUPORINI, p.100, 1997